

---

# O processo de elaboração do arranjo dos arquivos de Machado de Assis e Rui Barbosa: análise crítica e comparativa

*El proceso de elaboración del cuadro de clasificación de los archivos de Machado de Assis y Rui Barbosa: análisis crítico y comparativo*

*Developing a classification scheme for the Machado de Assis' and Rui Barbosa's archives: a critical and comparative analysis*

---

**Lorena dos Santos SILVA, Clarissa Moreira dos Santos SCHMIDT**

Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brazil, santos.lorenasilva94@gmail.com, clarissaschmidt@id.uff.br

## Resumen

La investigación tiene como objetivo producir un análisis crítico y comparativo entre los cuadros de clasificación de los archivos Machado de Assis, custodiado por la Academia Brasileña de Letras - ABL y Rui Barbosa, custodiado por la Fundación Casa de Rui Barbosa - FCRB. Describe lo que son archivos personales. Identifica cómo se tratan los archivos personales en la perspectiva de la Archivología. Expone el proceso de elaboración de los cuadros de clasificación, identificando sus semejanzas, diferencias y las dificultades enfrentadas por los archivistas en el proceso..

**Palabras clave:** Archivos personales. Cuadros de clasificación. Assis, Machado de. Barbosa, Rui. Brasil.

## Abstract

The research aims to produce a critical and comparative analysis between the arrangements of the Machado de Assis' archive, guarded by the Brazilian Academy of Letters - ABL and Rui Barbosa's archive, guarded by Casa de Rui Barbosa Foundation - FCRB. It describes what personal papers are. It identifies how personal papers are treated from the perspective of Archival Science. It exposes the process of preparing the arrangements, identifying their similarities, differences and the difficulties faced by the archivists in the process.

**Keywords:** Personal papers. Classification schemes. Archival arrangement. Assis, Machado de. Barbosa, Rui. Brazil.

## 1. Introdução

Documentos de arquivo têm como uma de suas características intrínsecas o fato de serem orgânicos, ou seja, possuem relações entre si e com seu contexto de produção, relações que, a partir delas, identificam a função e atividade pelas quais foram produzidos. Entretanto, desde o início da história dos arquivos, esses são utilizados para gestão da administração pública e para garantir os direitos dos cidadãos. Esse papel é desempenhado pelos documentos provenientes da administração pública, ou seja, o tratamento e a metodologia dados pela Arquivologia surgem para resolver questões concernentes aos documentos institucionais.

Em relação aos arquivos pessoais, são os documentos produzidos, recebidos e acumulados por um indivíduo, que refletem suas funções e atividades ao longo de sua vida que, por muito tempo, eram tratados como complementares dos arquivos institucionais. Diante desse fato, por muitas vezes os responsáveis pelo tratamento de arquivos pessoais tomam decisões equivocadas

no tocante à sua organização. Além disso, os arquivos pessoais apresentam dificuldades que lhes são próprias, tais como: a falta de tipos documentais identificáveis e a falta de literatura na área que sirva de referência para consulta durante o processo de elaboração do arranjo.

Diante disso, são criadas, muitas vezes, no processo de elaboração do arranjo, séries documentais temáticas, que não refletem as funções e atividades do titular do arquivo. Além disso, essas séries temáticas são criadas com a justificativa de facilitar a busca de pesquisadores, afirmando que o papel do arquivo é, também, ser fonte de investigação científica. Fica evidente que o universo do arquivo pessoal é desafiador para o arquivista diante das dificuldades que o mesmo apresenta. Apesar disso, para organizá-los e dar acesso, é possível aplicar os princípios e metodologias da Arquivologia que são comuns no arquivo institucional, desconstruindo, assim, as séries temáticas criadas no arranjo.

A Academia Brasileira de Letras e a Fundação Casa de Rui Barbosa são instituições que têm

em sua posse arquivos de indivíduos consagrados em suas respectivas áreas de atuação. Dentre esses arquivos, encontra-se o do escritor Machado de Assis, na primeira e do político Rui Barbosa, na segunda.

Essa pesquisa busca demonstrar como foi o processo de criação do arranjo de um arquivo pessoal, utilizando como campo empírico os arquivos supracitados. Através da revisão bibliográfica para levantamento de dados e entrevistas com os arquivistas responsáveis por ambos os acervos, buscamos analisar e comparar criticamente os quadros de arranjo de ambos, de modo a apontar as principais semelhanças e diferenças entre suas séries documentais, além de apresentar as principais dificuldades encontradas pela equipe durante o processo.

## 2. O arquivo pessoal na Arquivologia

De modo a compreender o lugar do arquivo pessoal no âmbito da Arquivologia faz-se necessário entender que eles são tão arquivos – na acepção dada pela Arquivologia – quanto os institucionais, já que, segundo Cook (1998, p. 131), “[...] são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e por conseguinte oficial, seja individual, e portanto pessoal” e, além disso, Tessitore (1989, p. 28) explicita que “[...] sua produção documental acumula-se organicamente e essa organicidade está estreitamente ligadas aos papéis sociais que a pessoa desempenha ao longo de sua vida”. Sendo assim, as técnicas e metodologias da área do conhecimento supracitada são fundamentais para sua organização.

Nessa linha de pensamento, segundo Bellotto (2006, p. 266), os arquivos pessoais são compreendidos como:

[...] conjunto de papéis e material audiovisual ou icográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade.

Isso nos leva a refletir que os arquivos pessoais, por muito tempo, foram deixados de lado pela área, já que o estatuto de arquivo se atribuía ao conjunto documental de natureza pública, produzidos e acumulados por instituições públicas (Gomes, 2009). Isso mudou quando Eugenio Casanova, arquivista italiano que, em 1928, deu uma nova definição para arquivo. Segundo Casanova

(1928, p. 19, tradução nossa) “o arquivo é a coleção ordenada de atos de uma entidade ou indivíduo produzido no decurso de suas atividades e preservado para fins políticos, jurídicos ou culturais daquela entidade ou indivíduo”. Mesmo que a definição dada por Casanova tenha “quebrado” uma tradição imposta na área desde a criação do conceito de arquivo, alguns ainda se ressentiam com a mudança e não consideravam os arquivos pessoais como objeto de estudo da Arquivologia. Cook (1998, p. 132) relata que

[...] os arquivos pessoais são apresentados (e os arquivistas públicos, seus detratores, enfatizam isso) como mais artificiais, antinaturais, arbitrários, parciais, algo realmente mais próximo de material de biblioteca, publicado, como as autobiografias e as memórias, do que de documentos de arquivos oficiais e públicos.

Consequentemente, a literatura arquivística tradicional não produziu um arcabouço teórico-metodológico que privilegiasse as especificidades de um conjunto de documentos do indivíduo. Cook (1998, p. 132-133) evidencia que o motivo disso acontecer está ligado à razão de criação dos arquivos para servir ao Estado, de modo que os princípios tradicionais da Arquivologia derivam de autores cuja experiência residiam nos arquivos institucionais. Assim, nesse interím, os arquivos pessoais foram desconsiderados por esses autores.

Ainda sobre a posição do arquivo pessoal na teoria arquivística tradicional, Hobbs (2010) explica que os arquivos pessoais foram tidos como secundários, já que documentos considerados arquivísticos eram somente aqueles produzidos e recebidos no âmbito do governo ou das organizações.

Diante disso, as teorias desenvolvidas para os arquivos institucionais foram aplicadas nos arquivos pessoais, resultando em diversos equívocos em sua organização. Um desses equívocos pode ser percebido em seu tratamento, na maioria das vezes, com técnicas e métodos originários da Biblioteconomia. Segundo Camargo (2008), os arquivos pessoais têm recebido tratamento com metodologia da Biblioteconomia, muito diferente do tratamento dado aos arquivos institucionais. Assim, os documentos do arquivo pessoal são tratados um por um – oferecendo atributos originários do livro, tal como a autossuficiência - desconsiderando o contexto de produção. Isso reflete na produção imprecisa do arranjo de um fundo pessoal - quando já está custodiado em uma instituição arquivística que abriga outros fundos -, com séries que favorecem assuntos e/ou temas ou ainda, formatos.

Nesse sentido, Camargo e Goulart (2007, p. 39) apresentam que, um bom exemplo dessa prática é o emprego da palavra correspondência para

designar um conjunto de documentos constituído das mais distintas espécies documentais, como ofícios, telegramas e memorandos.

Além das dificuldades supracitadas, existe ainda a falta de tipos documentais identificáveis, desafiando o arquivista na organização dos documentos. Indo mais além, a ausência de elementos identificadores nos documentos dos arquivos pessoais obriga um esforço redobrado do arquivista na tarefa de contextualização.

Ao ser entregue a uma instituição arquivística, o arquivo pessoal, na maioria das vezes, é uma massa documental acumulada, cabendo ao arquivista estabelecer o vínculo entre a atividade que gerou o documento e o próprio documento. Diferentemente do arquivo institucional, o arquivo pessoal não possui uma estrutura que forneça indicações de quais documentos devem preservados ou eliminados, dado sua natureza e suporte diversos. Segundo Camargo e Goulart (2007, p. 41), “ao contrário dos arquivos institucionais, com documentos cujas fórmulas e estruturas têm o efeito de reduzir a um grau mínimo o caráter polissêmico dos textos escritos, os arquivos pessoais são prolíferos em documentos desprovidos de metadados”.

A tarefa de organizar um arquivo pessoal é difícil, pois esse não possui instrumentos que possam explicitar as funções e atividades do titular, tais como organogramas e estatutos no arquivo institucional. Com isso, o reflexo encontra-se na elaboração equivocada do arranjo, composto por séries documentais temáticas. O arranjo pode ser definido como a “sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido” (Arquivo Nacional 2005, p. 37). Tanto os arquivos institucionais quanto os pessoais precisam da elaboração de um plano de classificação/quadro de arranjo, de modo que, reflita a relação que os documentos possuem entre si e com seu produtor, de modo que explicita as funções e atividades.

No arquivo institucional quando ocorre a transferência de documentos –remanescentes das eliminações, ditadas pela tabela de temporalidade – para o arquivo permanente, se aquele possui um plano de classificação previamente elaborado, não haverá mudanças significativas no quadro de arranjo. Entretanto, no arquivo pessoal, na maioria das vezes, “o arranjo pode ser alterado quando o ponto de vista de seu criador também sofre uma alteração, ou quando muda a utilidade desses documentos para eles” (Hobbs, 2010, p. 303). O indivíduo molda o arquivo pessoal conforme suas necessidades, seus desejos,

suas emoções ou por qualquer outro motivo relativo às suas vontades. Ao passo que o arquivo pessoal quando ingressa em uma instituição de custódia, o arquivista pode se deparar com duas situações: o arquivo possui uma organização dada pelo titular ou o arquivo é uma massa documental acumulada. As situações são problemáticas, já que na primeira – onde existe uma organização – é uma tarefa difícil definir se o arranjo refletirá essa organização primeira do titular ou se haverá modificações na organização dada pelo titular. Na segunda, quando o arquivo pessoal é uma massa documental acumulada, o arquivista precisa operar um trabalho intenso de pesquisa, já que necessita estabelecer a conexão lógica e formal entre o documento e a ação que o gerou. Além disso, o arquivista pode se deparar com documentos que pertencem a outros arquivos, indo contra o princípio da proveniência – princípio norteador para organização de arquivos e base da Arquivologia – que, de acordo com Bellotto (2006, p. 130),

[...] consiste em deixar agrupados, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou jurídica determinada: o que se chama de fundo de arquivo dessa administração, desse estabelecimento ou dessa pessoa. Significa, por conseguinte, não mesclar documentos de fundos diferentes.

Outra dificuldade que o arquivista encontra na organização de um arquivo pessoal é aplicar o conceito de ordem original no arquivo pessoal. Segundo Camargo e Bellotto (1996), a ordem original é o “princípio que, levando em conta as relações estruturais e funcionais que presidem a gênese dos arquivos, garante sua organicidade”. Sendo assim, respeitar a ordem original de um fundo de arquivo não significa dizer que a ordem física em que os documentos foram dispostos pelo titular deverá ser mantida. Segundo Bellotto (2006), a ordem original está ligada ao respeito pela organicidade e não pela ordem de agrupamento dos documentos.

É desafiador ao arquivista perceber no arquivo pessoal a ordem funcional e lógica pelos quais os documentos refletem as mais diversas esferas da vida de um indivíduo. Apesar dos desafios, o arquivista precisa recompor sempre que possível a trajetória do titular do arquivo pessoal, já que os documentos acumulados por pessoas são dotados de organicidade, atributo que caracteriza o documento de arquivo.

### 3. O arquivo Machado de Assis

Joaquim Maria Machado de Assis nasceu na cidade do Rio de Janeiro – RJ, em 21 de julho de 1839, e faleceu no dia 29 de setembro de 1908,

também no Rio de Janeiro. Foi jornalista, cronista, romancista, teatrólogo e poeta. Fundador da cadeira número 23 da Academia Brasileira de Letras, cujo patrono é o escritor José de Alencar.

Filho do pintor Francisco José de Assis e da lavadeira Maria Leopoldina Machado de Assis. Foi criado no Morro do Livramento. Com 15 anos publicou seu primeiro trabalho literário, o soneto “À Ilma. Sra. D.P.J.A.” no *Periódico dos Pobres* em 03 de outubro de 1854. Em 1856, foi empregado como aprendiz de tipógrafo na Imprensa Nacional, onde conheceu Manuel Antônio de Almeida, que tornou seu protetor. Em 1858, era revisor e colaborador do *Correio Mercantil* e em 1860 passou a pertencer à redação do *Diário do Rio de Janeiro*. Escreveu para revista *O Espelho*, como crítico teatral e para *Semana Ilustrada* e *Jornal das Famílias*, onde escrevia contos. Intensificou seu trabalho em jornais e revistas escrevendo crônicas, contos, poesias e romances publicando em periódicos como *O Cruzeiro*, *A Estação*, *Revista Brasileira* e *Gazeta de Notícias*.

Machado de Assis era um amigo muito próximo de José Veríssimo, que por sua vez, era diretor da Revista Brasileira. Intelectuais brasileiros se reuniam na redação da revista e foi a partir dos mesmos que a ideia de criação da Academia Brasileira de Letras surgiu. Desde o início, o escritor apoiou a ideia de criação de uma academia brasileira, aos moldes da academia francesa, que privilegiasse a língua e a literatura nacionais. Foi o primeiro presidente da ABL permanecendo no cargo até sua morte. Machado de Assis produziu, recebeu e acumulou diversos documentos em diferentes suportes ao longo de sua vida, tais como os originais de suas obras e cartas recebidas quando era presidente da ABL. Antes de seu falecimento, expressou, ao acadêmico Rodrigo Octavio, o desejo de deixar seu conjunto documental sob custódia da ABL, para que pudesse, no futuro, ser utilizado em pesquisas. O acadêmico apresentou esse desejo aos demais acadêmicos, sendo imediatamente documentado na Ata da reunião da ABL realizada no dia 03 de outubro de 1908. Assim, os documentos foram levados à instituição para cumprir o desejo do escritor. Nesse ínterim, a ABL não contava com um Arquivo, sendo esse estruturado na ocasião da aprovação do Projeto de Reforma do Regimento Interno em 1943.

De 1943 a 1997, o Arquivo da instituição foi formado e profissionais foram contratados para tratar do mesmo. Entretanto, durante esse período, o arquivo não foi submetido a técnicas e métodos arquivísticos, sendo seus documentos identificados e acondicionados. Em 1997, a ABL comemorou

o centenário de sua fundação. A fim de homenagear essa data, a então presidente da época, Nélida Piñon, elaborou um projeto intitulado Projeto de Revitalização do Arquivo. Esse projeto tinha por objetivo organizar o Arquivo, utilizando metodologia provinda da Arquivologia. Para alcançar tal objetivo, a instituição contratou um consultor, o professor Sérgio Albite, para desenvolver uma organização que refletisse os conceitos de fundo e ordem original. Além do consultor, a instituição contratou o arquivista Paulino Cardoso e dois estagiários em Arquivologia para compor a equipe do Arquivo, juntamente com os três profissionais que já trabalhavam no setor antes de 1997.

Para iniciar o projeto, foi realizada uma pesquisa para determinar toda estrutura organizacional que o Arquivo estava submetido. Percebeu-se que os documentos pessoais dos acadêmicos predominavam e que poucos eram os administrativos e jurídicos. De acordo com a Academia Brasileira de Letras (2003, p. 19),

O projeto arquivístico para revitalização e reorganização do Arquivo da ABL foi desenvolvido a partir de fevereiro de 1997, quando se iniciaram os primeiros levantamentos do acervo encontrado, e imediatamente identificado o predomínio dos conjuntos de documentos privados e pessoais dos acadêmicos, em meio a alguns poucos administrativos e funcionais da instituição. Estes últimos basicamente constituíam-se de fotografias de cerimônias de posse dos acadêmicos ou das diretorias da ABL, bem como de outros eventos culturais promovidos pela instituição. Optou-se por iniciar o tratamento arquivístico pelos documentos privados pessoais, que eram de maior número e que, concretamente, formavam o que era então conhecido como o Arquivo da ABL. Estes eram os documentos com maior frequência de consultas, quase que exclusivamente feitas por acadêmicos. Assim, naquele primeiro momento, os interesses internos em relação ao Arquivo foram mantidos e privilegiados.

Assim, Sérgio Albite e a equipe elaboraram um plano de trabalho que consistiu em elaborar o arranjo do arquivo de cada acadêmico, por ordem de cadeira. A metodologia utilizada para organizar os arquivos foi baseada em experiências da FCRB - Fundação Casa de Rui Barbosa e do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, instituições de referência em arquivos pessoais.

### 3.1. O arranjo do arquivo Machado de Assis

Machado de Assis, ao longo da vida, produziu, recebeu e acumulou documentos que refletiam suas atividades profissionais e suas relações sociais. O escritor sabendo da importância desse conjunto de documentos delegou à ABL, através

do amigo e também membro da instituição, Rodrigo Octavio, a responsabilidade de custodiá-lo. Assim, o arquivo pessoal de Machado de Assis foi transferido de sua residência para ABL e ao longo dos anos aumentou graças a doações de outros acadêmicos e de pessoas que possuíam alguma relação com o escritor.

Isto posto, ao longo dos anos, o arquivo ficou à disposição para consulta. Apesar disso, não possuía uma organização que proporcionasse a consulta de forma eficiente e que utilizasse conceitos da Arquivologia. Para consultá-lo, os cidadãos analisavam documento por documento para encontrar a resposta de suas pesquisas. Somente em 1997, em razão da comemoração do centenário da ABL, que o arquivo pessoal de Machado de Assis foi organizado de acordo com a metodologia da Arquivologia. Dada a natureza e complexidade do arquivo, os arquivistas optaram em dividi-lo em duas partes: fundo e coleção.

Segundo Bellotto e Camargo (1996, p. 40), fundo é definido como “unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente, passa a conviver com arquivos de outras”, enquanto que coleção é definida como “reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica comum”. A coleção não é objeto da Arquivologia, logo esta não deve entrar na lógica formal e orgânica do arranjo. Contudo, devido ao histórico de doações de documentos, ocorridas mesmo após o falecimento de Machado, e à importância das informações contidas nos documentos da coleção para o pesquisador, os arquivistas colocaram-na no arranjo.

Ao iniciar a elaboração do arranjo, os arquivistas desenvolveram um exaustivo trabalho de pesquisa, com o intuito de compreender as relações que Machado desempenhou na sua trajetória pessoal e profissional. Além disso, a pesquisa propiciou a descoberta de documentos produzidos por Machado, ainda em vida, e que estão em outras instituições, tal como a Biblioteca Nacional (Brasil).

Após a pesquisa, realizou-se um levantamento documental, de modo que pudesse identificar possíveis documentos pertencentes a outros arquivos. Buscava, assim, corrigir a proveniência de tais documentos.

Após as etapas supracitadas, os arquivistas desenvolveram o arranjo do Arquivo Machado de Assis. Esse arranjo foi dividido em fundo, dividido em “[...] 10 séries e 11 subséries no sentido de possibilitar uma recontextualização da vida do acadêmico através de uma seriação funcional, temática e por espécie” (Academia Brasileira de Letras, 2003, p. 17-18), sendo elas:

1. Correspondência pessoal: Composta pela correspondência pessoal - incluem-se nessa série: cartas e telegramas trocados entre Machado de Assis e familiares e Machado de Assis e outros acadêmicos – recebidas e acumuladas pelo titular.
2. Correspondência de terceiros: Composta pela correspondência, tais como cartas e telegramas, de amigos e/ou parentes de Machado de Assis. Essa série também incluiu uma subsérie denominada Condolências, que é composta por votos de pesar pelo falecimento do titular.
3. Diversos: Composta por documentos de natureza diversa, tais como: recibos emitidos ao titular e cartão postal com poesia e imagem do titular.
4. Documentos familiares: Composta por documentos referentes à efetivação do casamento dos pais do titular.
5. Documentos pessoais: Composta por documentos pessoais – denominação dada pelos arquivistas da instituição – de Machado de Assis, tais como assento de batismo, diploma, caderneta bancária, etc.
6. Produção intelectual: Composta por manuscritos do titular. Essa série também inclui 4 subséries: Crônica, Peça Teatral, Poesia e Romance.
7. Produção intelectual de terceiros: Composta por poesias e críticas produzidas por terceiros e acumuladas pelo titular.
8. Comodato UFRJ/UNIRIO/ABL: Série composta pela correspondência pessoal de Machado de Assis, de amigos e familiares, de contratos de edição de suas obras, de poesias e anotações. Esses documentos foram adquiridos pela ABL através de um regime de comodato com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Inclui 5 subséries: Correspondência pessoal, Correspondência de terceiros, Diversos, Documentos pessoais e Produção intelectual. Essa série possui uma particularidade: seus documentos não foram colocados nas séries que já existiam devido ao acordo entre a ABL e as demais instituições, que instituiu um prazo para devolução daqueles.
9. Presidência da ABL: Composta por documentos referentes ao período em que Machado de Assis foi presidente da instituição.
10. Iconografia: Composta por fotografias de Machado de Assis. Inclui uma subsérie denominada Fotografias.

Enquanto a coleção foi dividida em “[...] 9 séries e 18 subséries e 10 subséries no sentido de possibilitar uma recontextualização da vida do acadêmico através de seriação funcional, temática e por espécie” (Academia Brasileira de Letras, 2003, p. 36), sendo elas:

1. Comissão Machado de Assis – 1957: Constituída por documentos produzidos pela Comissão Machado de Assis, instituída pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek, com o intuito de publicar uma edição crítica da obra do titular.

2. Diversos: Constituída por documentos de natureza diversa que tem Machado de Assis como tema.
3. Hemeroteca: Constituída por recortes de jornais e revistas. Inclui 6 subséries: Comodato UFRJ/UNIRIO/ABL, Diversos, Homenagens, Notícias diversas, Produção intelectual, Produção intelectual de terceiros, e 10 subsubséries: Aniversários, Centenário de nascimento, Cinquentenário de falecimento, Conferências e discursos, Homenagens diversas, Monumentos, Prêmios, Artigos, Críticas e Crônicas.
4. Homenagens: Constituída por documentos que homenageiam Machado de Assis.
5. Monumento: Constituída por pareceres técnicos e propostas concorrentes relativas ao monumento em homenagem a Machado de Assis.
6. Transcrições: Constituída por transcrições manuscritas e datilografadas de documentos de Machado de Assis. Inclui 6 subséries: Contos, Correspondência pessoal, Crônicas, Poesias, Tradução e Diversos.
7. Iconografia: Constituída por fotografias e por imagens impressas que tem Machado de Assis como tema.
8. Documentos institucionais: Constituída por documentos produzidos e acumulados pela ABL sobre Machado de Assis.
9. Audiovisual: Constituída por filmes e documentários sobre a vida e obra de Machado de Assis, além de contos, novelas, minisséries baseados em sua obra, e alguns poemas musicados de Machado de Assis.

O quadro de arranjo foi finalizado em 2002. No mesmo ano, foi publicado o inventário do arquivo Machado de Assis, produzido de acordo com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G). Até a presente data, os arquivistas não têm intenção de modificar o arranjo que foi produzido, pois cumpre o objetivo de fornecer os documentos, e conseqüentemente as informações, aos pesquisadores. Além disso, existe a questão de ordem prática. A rotina das atividades, o número insuficiente de arquivistas e a necessidade de organizar os arquivos dos demais acadêmicos impossibilitam que o arranjo do arquivo Machado de Assis seja refeito ou modificado.

#### 4. O arquivo de Rui Barbosa

Rui Barbosa de Oliveira nasceu em Salvador no dia 05 de novembro de 1849 e faleceu em Petrópolis no dia 01 de março de 1923. Filho do médico João José Barbosa de Oliveira e de Maria Adélia Barbosa de Oliveira. Foi um jurista, advogado, político, diplomata, escritor, filólogo, jornalista, tradutor e orador. Rui Barbosa foi membro da Academia Brasileira de Letras ocupando a cadeira 10 da instituição. Foi presidente da ABL após o falecimento de Machado de Assis.

Rui Barbosa ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1866. Após dois anos depois de iniciado o curso, transferiu-se para Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, onde se graduou em 1870. Em 1870, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde iniciou a carreira na tribuna e na imprensa, abraçando como causa a abolição da escravatura. Deputado provincial, preconizou juntamente com Joaquim Nabuco, a defesa do federalismo. Rui Barbosa recusou o convite para ministro do Gabinete Afonso Celso por ser incompatível com suas ideias sobre o sistema federativo.

Foi um dos responsáveis pela proclamação da República e tendo essa sido proclamada, foi nomeado Ministro da Fazenda do Governo Provisório. Foi coautor da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, juntamente com Prudente de Moraes. Em 1893, foi obrigado a se exilar por não concordar com o governo do Marechal Floriano Peixoto. Em 1895, regressou ao Brasil, onde tomou um assento no Senado, local onde permaneceu até sua morte. Em 1907, foi nomeado representante do Brasil na 2ª Conferência Internacional de Paz, em Haia, após recusa de Joaquim Nabuco. Seu papel em Haia foi de destaque, pois enfrentou os preconceitos das grandes potências que defendiam o princípio de igualdade jurídica das nações soberanas.

Rui Barbosa candidatou-se ao cargo de presidência da República por duas vezes. Importante vulto do cenário político brasileiro, Rui Barbosa possui um acervo documental vasto que está sob custódia da fundação que leva seu nome.

##### 4.1. O arranjo do arquivo de Rui Barbosa

Após o falecimento de Rui Barbosa, seu arquivo ficou sob responsabilidade de seu filho primogênito, Alfredo Rui. Juntamente com o mordomo, Antônio Joaquim da Costa, Alfredo Rui organizou os documentos. Entretanto, documentos, como faturas comerciais, foram eliminados por serem considerados sem importância.

Assim, os documentos de Rui Barbosa ficaram guardados em sua residência e, em 1924, foram vendidos, juntamente com a casa e a biblioteca, pela sua viúva ao governo brasileiro.

Em 1930, o presidente Washington Luís inaugurou o Museu-biblioteca denominado Casa de Rui Barbosa. Durante certo período, os documentos de Rui Barbosa ficaram sob guarda da Biblioteca Nacional. Segundo Mello e Oliveira (1997, p. 22), “a estada dos documentos do Arquivo de Rui Barbosa na Biblioteca Nacional é explicável por medida de segurança do Governo Brasileiro,

para que não se perdessem nem se estragassem”. Nesse momento, o arquivo encontrava-se desorganizado.

Os documentos estavam guardados em pacotes e somente entre 1935 e 1938 que foram desempacotados e os mais importantes, colocados em pastas. Somente em 1939, o diretor da instituição, Américo Jacobina Lacombe, começou a dar uma organização para o arquivo ao indexar documento por documento. Nesse período, Lacombe procurava “[...] obter, muitas vezes por compra, originais de discursos, pareceres e conferências” (MELLO; OLIVEIRA, 1997, p. 26). Além disso, a Fundação Casa de Rui Barbosa recebeu um número significativo de doações de documentos originais, resultando que a duração da organização do arquivo fosse maior. Segundo Mello e Oliveira (1997, p. 29) “o jovem historiador Américo Jacobina Lacombe, porém, não previa que levaria mais de 30 anos na execução de seu projeto, um trabalho realizado dia a dia, sem que seu ânimo arrefecesse”.

Lacombe dispôs o arquivo em quatro séries: Correspondência, Originais, Segunda Conferência da Paz em Haia e Embaixada a Buenos Aires. A série Correspondência dividia-se em particular, política e literária, onde cada signatário possuía uma pasta e dentro dessa partas, os documentos estavam dispostos em ordem cronológica. A série Originais constituiu-se por documentos produzidos por Rui Barbosa, como discursos, pareceres, conferências e artigos para jornais e dispostos em ordem cronológica. As séries Segunda Conferência da Paz em Haia e Embaixada a Buenos Aires foram compostas por documentos relativos à participação de Rui Barbosa nas duas ocasiões.

Em 1966, a Casa de Rui Barbosa mudou sua personalidade jurídica e passou a ser uma fundação. Logo, a instituição passou a ter maior disponibilidade financeira, proporcionando ao Arquivo uma dependência maior e apropriada para o acondicionamento dos documentos. Assim, a FCRB implanta o cargo de arquivista no quadro funcional, que segundo Mello e Oliveira (1997, p. 35), traz “uma nova visão e mais recursos técnicos despertam a necessidade de dar um novo arranjo físico e intelectual à documentação e de proceder ao seu inventário nos padrões modernos ditados pela arquivística”. Entretanto, esse novo arranjo buscou respeitar, ao máximo, a primeira classificação dada por Américo Jacobina Lacombe.

Outra série denominada Iconografia foi incluída no arranjo, composta por documentos iconográficos que até então estavam sob responsabilidade do Museu da fundação. Assim, após as modificações do arranjo, as séries documentais ficaram dispostas da seguinte maneira:

1. Correspondência geral: Composta pela correspondência recebida, tais como cartas, telegramas e ofícios, por Rui Barbosa ao longo de sua vida.
2. Ministério da Fazenda: Composta pela correspondência recebida, tais como cartas, telegramas e ofícios, por Rui Barbosa durante sua atuação como Ministro da Fazenda no período compreendido entre 1889 e 1891.
3. Causas jurídicas: Composta por documentos, tais como pareceres e petições, produzidos por Rui Barbosa que retratam a atuação do titular como advogado.
4. Produção intelectual: Composta por discursos, projetos e poesias produzidos por Rui Barbosa.
5. Documentos pessoais: Composta por recibos, diplomas e atestado de batismo acumulados por Rui Barbosa.
6. Segunda Conferência de Paz em Haia: Composta por documentos sobre a referida conferência que Rui Barbosa participou como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, tais como: atas impressas das sessões, discursos e decreto de nomeação.
7. Embaixada a Buenos Aires: Composta por documentos sobre a referida embaixada que Rui Barbosa participou como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, tais como: discursos e decreto de nomeação.
8. Iconografia: Composta por fotografias, desenhos, postais e estampas acumulados por Rui Barbosa.
9. Cartografia: Composta por mapas, plantas e gráficos acumulados por Rui Barbosa.
10. Miscelânea: Composta por documentos acumulados por Rui Barbosa que não se encaixavam nas demais séries, tais como: panfletos e prospectos.
11. Documentação complementar: Composta por telegramas, cartas e cartões de condolência pelo falecimento de Rui Barbosa.

Em 1987, encerra-se o arranjo e descrição do Arquivo de Rui Barbosa. Os arquivistas concluíram, também, o inventário analítico, que Mello e Oliveira (1997, p. 39) explicam que a instituição “[...] passa a gerar novos instrumentos de pesquisa para recuperação e divulgação dessa massa de papéis, os cerca de 60.000 documentos, integrantes do Arquivo de Rui Barbosa”.

Paralelamente, os arquivistas criaram a Coleção de Documentos Avulsos – CDA, composta por documentos esparsos de outras personalidades da República Velha e de parentes de Rui Barbosa colecionados pelo titular. Destacam-se as coleções: Carlos Viana Bandeira, Tristão de Alencar Araripe, Luís Antônio Barbosa de Almeida, Fernando Nery, Celina Barbosa Palácio, Ubaldino do Amaral Fontoura e Francisco Peixoto de Lacerda Werneck.

## 5. Análise crítica e comparativa entre os arranjos dos arquivos Machado de Assis e Rui Barbosa

Esta seção é dividida em duas partes: (I) relato das dificuldades – muitas vezes semelhantes – que os arquivistas encontraram para produzir o arranjo do Arquivo Machado de Assis e do Arquivo de Rui Barbosa; (II) análise crítica e comparativa dos dois quadros de arranjo, de modo que apresente no que ambos se assemelham e diferem. Além disso, busca apresentar todo processo de organização dos arquivos e de como os profissionais solucionaram os problemas que foram apresentados durante o processo.

### 5.1. Dificuldades encontradas na elaboração do arranjo

Tanto no Arquivo Machado de Assis quanto no Arquivo de Rui Barbosa existiram dificuldades em produzir o arranjo de maneira que refletisse as funções, atividades e interesses dos titulares.

No Arquivo Machado de Assis, os arquivistas se depararam com um conjunto de documentos que foi manipulado de modo que seu titular fosse privilegiado. Antes do Projeto de Revitalização do Arquivo da ABL em 1998, não existiu na organização dos arquivos pessoais o uso dos conceitos arquivísticos. Assim, muitos documentos que estavam no arquivo do escritor não pertenciam a ele. Bons exemplos são a existência de cartas e telegramas enviados por Machado de Assis a outros acadêmicos. Iniciado o processo de criação do arranjo, os arquivistas retiraram os documentos que não pertenciam ao fundo, colocando-os nos fundos os quais pertencem. Paralelamente, os profissionais realizaram um trabalho de pesquisa, identificando cada documento componente do fundo, a fim de tentar entender a ordem original, além de compreender as relações privadas e profissionais e interesses de Machado de Assis. Percebeu-se a necessidade de aplicar tratamento de conservação e preservação aos documentos que estavam deteriorados. Para isso, a instituição construiu, vinculado ao Arquivo, o Núcleo de Conservação e Restauração, contratando arquivistas com experiência na área. Sendo assim, de acordo com a Academia Brasileira de Letras (2003, p. 20),

[...] buscou-se identificar uma lógica e uma coerência dos critérios aplicados originalmente para a formação desses conjuntos privados e pessoais. Assim que confirmada e/ou retificada a correta alocação dos documentos em função de sua acumulação (documentos produzidos/ recebidos) pelo acadêmico, passou-se à aplicação da Conservação Preventiva, de tal forma que estas possibilitassem facilidades e segurança no manuseio posterior necessário para o planejamento dos documentos, para a concepção de um arranjo e a fixação de uma notação.

Durante o trabalho de pesquisa, os arquivistas encontraram dificuldade em identificar a grafia em certos documentos textuais manuscritos. Para isso, usaram os fundamentos da Paleografia. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 128), Paleografia é a “disciplina que estuda a escrita manuscrita antiga, suas formas e variações através do tempo”. Através dessa disciplina revelaram-se uma gama de informações que permitiram que os documentos fossem descritos e, conseqüentemente, elaborados instrumentos de pesquisa, tais como inventário e guia.

Outra dificuldade apresentada na elaboração do arranjo foi a carência de informações nos documentos do gênero iconográfico. As fotografias, em grande maioria, não possuíam qualquer indicação sobre os indivíduos, eventos e datas tópica e cronológica. A solução encontrada foi buscar informações, a partir dos próprios documentos textuais, que pudessem identificar as fotografias. A biblioteca da instituição também foi uma importante fonte de pesquisa. Indo além, foram realizadas consultas em instituições arquivísticas que têm sob custódia documentos de Machado de Assis.

No Arquivo de Rui Barbosa, a maior dificuldade enfrentada na elaboração do arranjo foram as constantes interferências de terceiros no arquivo, sejam eles familiares do titular ou profissionais da Fundação Casa de Rui Barbosa. O titular tinha o hábito de guardar todos os documentos produzidos, recebidos e acumulados, desde cartas de familiares e amigos até bilhetes, notas e anotações. Após seu falecimento, seu filho e herdeiro, Alfredo Rui, juntamente com o mordomo, Antônio Joaquim da Costa, eliminaram documentos que julgaram desnecessários e sem importância. Assim, documentos que indicavam a trajetória profissional e os interesses do titular foram destruídos por terceiros. Além daqueles, os documentos foram constantemente manuseados pelo historiador Américo Jacobina Lacombe, profissional que produziu o primeiro arranjo do fundo de arquivo. Esse arranjo foi produzido a partir da perspectiva de Lacombe e elaborado de modo que representasse grandes quatro áreas temáticas da vida de Rui Barbosa: Correspondência, Originais, Segunda Conferência da Paz em Haia e Embaixada a Buenos Aires. Segundo Heymann (1997, p. 51),

A pragmática que orienta o trabalho deste profissional [arquivista], ao mesmo tempo que torna física e logicamente acessível o conjunto documental tratado, por outro lado produz exclusões. Cria assim o que chamamos de “lixo histórico”, entendido como um tipo de documento desvalorizado e que ocupa um lugar secundário nas etapas de arranjo e descrição do arquivo. Afirmamos que estas etapas fazem um tipo de seleção intelectual do material dos documentos, pois valorizam determinados aspectos da

vida dos titulares e dos conjuntos documentais aos quais estão relacionados, dando-lhes posição privilegiada no arranjo e na descrição.

Mesmo quando a FCRB implementou o cargo de arquivista no quadro de funcionários, o arranjo não foi reformulado de maneira que seguisse a metodologia da Arquivologia, as séries documentais foram apenas modificadas e outras introduzidas. Apesar disso, o arranjo permaneceu estruturado em séries temáticas. Ademais, os arquivistas dos dois arquivos tiveram dificuldade em identificar os tipos documentais, já que, citando Camargo e Goulart (2007, p. 41-42),

Ao contrário dos arquivos institucionais, com documentos cujas fórmulas e estruturas têm o efeito de reduzir a um grau mínimo o caráter polissêmico dos textos escritos, os arquivos pessoais são prolíferos em documentos desprovidos de metadados: fotografias sem legenda, anotações de todo tipo em inusitados suportes, objetos desvinculados dos conjuntos que lhes dariam sentido. Em vez de ser atrelados ao contexto que permitiria justificar sua presença no arquivo, tais documentos são reunidos sob a forma de miscelânea, são remetidos para outras instituições de custódia (museus e bibliotecas) ou têm destino ainda pior: alienação ou descarte.

## 5.2. Análise crítica e comparativa entre os arranjos

Tanto o arranjo do Arquivo Machado de Assis quanto o arranjo do Arquivo de Rui Barbosa possuem semelhanças significativas, visto que o primeiro foi elaborado utilizando o segundo como modelo de construção. Entretanto, mesmo com essas semelhanças, ambos se distinguem porque seus titulares são vultos importantes em diferentes áreas, Machado de Assis, literatura e Rui Barbosa, política. Logo, os arranjos são estruturados de maneira que exibam essas principais áreas de atuação. A principal semelhança entre os arranjos é que suas séries documentais são temáticas. É possível perceber que são estruturadas em assuntos e não por tipos documentais e que os documentos que as compõem são semelhantes em sua natureza.

As demais séries documentais são distintas entre os dois arranjos devido às principais funções dos titulares. Sendo Machado de Assis um literato e Rui Barbosa um político, as séries documentais expõem suas áreas de atuação profissional. Um exemplo disso são as séries 2ª Conferência da Paz em Haia, Embaixada a Buenos Aires e Ministério da Fazenda no arranjo do Arquivo de Rui Barbosa, compostas de documentos de diferentes espécies e tipos documentais produzidos, recebidos e acumulados por Rui Barbosa durante sua atuação na política brasileira. A série Causa Jurídicas é outro exemplo, constitui-se de documentos que revelam a atuação do titular como advogado. No

arranjo do Arquivo Machado de Assis, a série Presidência da ABL reúne documentos que foram produzidos, recebidos e acumulados durante o período em que o titular foi presidente da instituição.

O Arquivo Machado de Assis possui uma particularidade no seu arranjo. Conta com uma série no fundo denominada Comodato UFRJ/UNIRIO/ABL que por sua vez é dividida em subséries cujos nomes são iguais aos das demais séries. Pelos documentos não pertencerem a ABL, os arquivistas optaram em deixá-los organizados de forma que quando o prazo do comodato findasse, poderão ser retirados sem que haja conflito com as outras séries do arranjo. Esta decisão de cunho prático, visando somente o acesso pelos pesquisadores, descaracteriza o caráter probatório dos documentos de arquivo. É possível notar que todas as séries que compõem os arranjos seguem o mesmo modelo que não considera os tipos documentais e as relações orgânicas-funcionais que os documentos possuem entre si, com o conjunto e com seu produtor. Segundo Camargo (2009, p. 31),

Se a utilização de rótulos universais para a caracterização desses arquivos prepara perigosas armadilhas para os profissionais que deles se servem – colocando num mesmo plano espécies, formatos, gêneros, assuntos e formatos –, tem ainda mais dois efeitos perversos: compromete sua organicidade e sinaliza a renúncia ao caráter probatório que sua funcionalidade originária lhes proporciona.

Nos dois arranjos, existem séries compostas por documentos que desrespeitam o princípio da proveniência, pois incluem documentos que pertencem ao fundo de outro indivíduo. No Arquivo Machado de Assis, a série Documentos familiares conta com documentos relativos ao casamento dos pais do titular. Enquanto que a série Correspondência de terceiros possui uma subsérie Condolências, compostas por documentos produzidos após o falecimento de Machado de Assis. Ademais, o arranjo também conta com uma série a qual seus documentos pertencem ao fundo institucional da ABL, a saber: Presidência da ABL. No Arquivo de Rui Barbosa, a série Documentação complementar é composta de documentos produzidos após o falecimento do titular, portanto, não pertencem ao fundo do mesmo. Ao passo que as séries Ministério da Fazenda, 2ª Conferência da Paz em Haia e Embaixada a Buenos Aires também têm documentos institucionais. Tais exemplos demonstram que a preocupação na elaboração dos arranjos deu-se na perspectiva de acesso pelos pesquisadores. Além disso, o Arquivo Machado de Assis difere no que tange à inclusão da coleção de documentos no arranjo, ao passo que o Arquivo de Rui Barbosa não mescla fundo e coleção.

## 6. Considerações finais

Este trabalho objetivou produzir uma análise crítica e comparativa entre os arranjos do Arquivo Machado de Assis, custodiado pela Academia Brasileira de Letras – ABL e o Arquivo de Rui Barbosa, custodiado pela Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB. Para alcançar esse objetivo, contextualizou o arquivo pessoal na Arquivologia, de maneira que apresentou como este é tratado e organizado. Além disso, procurou demonstrar as diferenças entre o arquivo pessoal e o arquivo institucional, além de apresentar as principais particularidades que os arquivistas encontram ao organizar o primeiro.

A seguir, contextualizou Machado de Assis e Rui Barbosa, apresentando uma pequena biografia de suas vidas. Ademais, demonstrou todo processo pelo qual os conjuntos de documentos foram submetidos até seu ingresso na ABL e na FCRB. Também apresentou as decisões tomadas pelos arquivistas das instituições no que consistiu no arranjo dos arquivos, expondo as principais dificuldades que aqueles encontraram e as semelhanças e diferenças entre os dois arranjos. A partir da análise crítica e comparativa, pode-se perceber que os dois arranjos são compostos de séries documentais temáticas e os documentos que as compõem são de diferentes espécies e tipos documentais, em detrimento à organicidade e ao caráter probatório, atributos característicos de documentos de arquivo.

Também foi possível notar que algumas das séries documentais são compostas por documentos de proveniência distinta dos titulares, tais como a série Documentos familiares e a subsérie Condições no Arquivo Machado de Assis e a série Documentação complementar no Arquivo de Rui Barbosa. Outrossim, além da proveniência diferente, existem séries em ambos que possuem documentos institucionais. Diante desses equívocos, é possível concluir que a metodologia adotada na elaboração dos arranjos levou em consideração facilitar por parte dos pesquisadores o acesso aos documentos, de modo que a pesquisa histórica, e não a relação indissociável que os documentos possuem com a atividade que os gerou, foi o fator relevante na organização dos arquivos.

Estes cenários demonstram que as instituições que custodiam arquivos pessoais ainda os submetem a tratamentos estranhos à teoria arquivística, utilizando muitas vezes, os métodos da Biblioteconomia para organizá-los. Assim, enquanto os arranjos alcançam essa finalidade, não há possibilidade de reformulações. Conclui-se que o valor secundário dos documentos, aquele

valor informativo para pesquisa, ainda é o fator relevante para elaboração do arranjo em um arquivo pessoal, renunciando o caráter probatório próprio da relação dos documentos com o contexto de origem.

## Referências

- Academia Brasileira de Letras (1897). Boletim da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: ABL, 1897. 19-20.
- Academia Brasileira de Letras (2003). Arquivo Machado de Assis: inventário. Rio de Janeiro: ABL, 2003.
- Arquivo Nacional (2005). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- Bellotto, Heloísa Liberalli (2006). Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- Bellotto, Heloísa Liberalli (1998). Arquivos pessoais em face da teoria tradicional: debate com Terry Cook. // Estudos Históricos. 11: 21 (1998). 201-207.
- Bellotto, Heloísa Liberalli (2014). Reconsiderando os arquivos pessoais. // Acervo. 27: 2 (2014). 207-211. <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/451>.
- Bellotto, Heloísa Liberalli; Camargo, Ana Maria de Almeida (1996). Dicionário de Terminologia Arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- Camargo, A. M. A.; Goulart, Silvana (2007). Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.
- Camargo, A. M. A. (2008). Sobre arquivos pessoais. // Arq. & Adm. 7:2 (2008). 5-9.
- Camargo, A. M. A. (2009). Arquivos pessoais são arquivos. // Revista do Arquivo Público Mineiro. 45:2 (2009). 27-39. [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/2009-2-A02.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf).
- Casanova, Eugenio (1928). Archivistica. Siena: Stab. Art. Grafiche Lazzeri, 1928.
- Cook, Terry (1998). Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. // Estudos Históricos. 11:21 (1998). 129-149.
- Heymann, Luciana (1998). Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. // Estudos Históricos. 11:21 (1998). 41-66.
- Hobbs, Catherine (2016). Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: Eastwood, Terry; Macneil, Heather (Org.). Correntes atuais do pensamento arquivístico. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- Marques, Angelica Alves da Cunha (2013). A arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.
- Mello, Maria Lúcia Horta Ludolf de; Oliveira, Lúcia Maria Velloso de (1997). O Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.
- Tessitore, Viviane (1989). Arranjo: estrutura ou função?. // B. hist e inf. 10:1 (1989) 19-2.

Enviado: 2018-04-13. Segunda versão: 2018-07-07.

Aceptado: 2018-09-05.